

ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)

Susana Oliveira Jorge*

*However, the object that archaeology
studies – the past – is absent,
and the discipline continually strives for a degree
of certainty that it finds hard to deliver*

Thomas, J., 2004, p. 247

1. Vista da paisagem que se obtém para leste do alto
do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão.

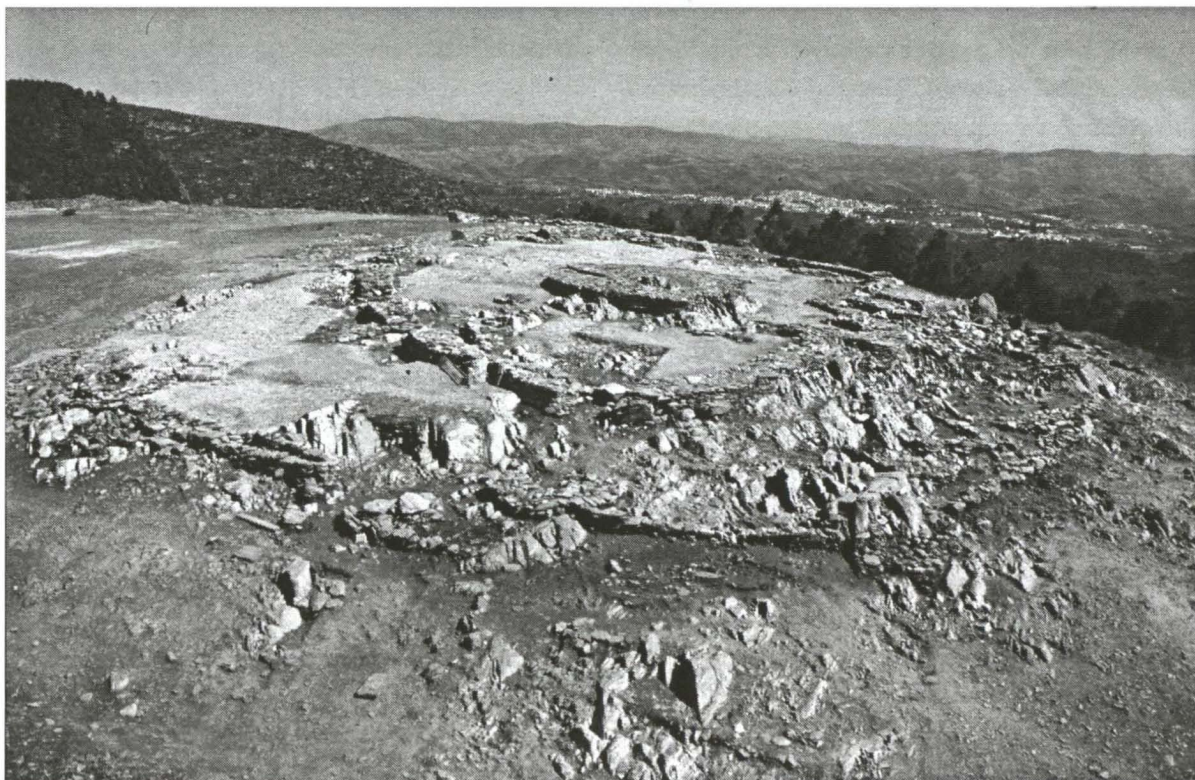
Foto: S. O. Jorge

1. A construção dum lugar pré-histórico (1989-2003)

O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) situa-se no Alto Douro português. Localizado num esporão debruçado sobre um tributário do Douro (o rio do Vale da Vila), Castelo Velho domina uma ampla região que se desenvolve a leste, e que alcança, no último horizonte, a Serra da Marofa e um troço da peneplanura da Meseta Norte (Fig. 1).

- Até 1993 (Jorge, S. O., 1993)¹ Castelo Velho foi considerado um "povoado fortificado" do 3º/2º milénio B. C., interpretação desenvolvida no interior dum corpo teórico processual.

A partir de 1994 (Jorge, S. O., 1994), em resultado duma investigação que abarcou a análise de 69 sítios da Península Ibérica, e tendo como referência leituras cruzadas sobre sítios similares europeus, iniciou-se um reinterpretação deste lugar. Desvalorizando-se a defesa, como motivação primordial, designa-se então Castelo Velho como um "lugar monumentalizado", numa radical



deslocação de perspectiva que faz deste sítio um *dispositivo construído e mantido durante centenas de anos promovendo a identidade comunitária regional*.

Nesta visão de ampla escala tenta-se articular arquitectura e espaço, e, com estes dois elementos, forjar sentidos sobre a percepção e a representação do *meio* em que o lugar se constrói entre o 3º e o 2º milénio B. C.

De 1997 a 2000 abrem-se novas frentes de escavação em área (Jorge, S. O., 1998). Detecta-se então uma arquitectura complexa, em que o recinto superior é rodeado, a oeste e a sul, por um *talude*. Também são descobertas deposições preservadas, nomeadamente uma que inseria ossos humanos associados a fragmentos cerâmicos e pesos de tear. As novas descobertas ajudam a consolidar o novo paradigma interpretativo: Castelo Velho emerge cada vez mais como um *lugar multifuncional, de longa duração, com funções sociais congregadoras, no âmbito de sociedades ainda debilmente hierarquizadas*.

Em 2000, o Estado português, através do IPPAR, resgata a estação arqueológica que fica, a partir desse ano, afecta àquela entidade. Nesse mesmo ano, o então Presidente do IPPAR, Dr. Luís Calado, solicita-me que eu conceba e dirija um projecto de estudo e valorização patrimonial, com o intuito de integrar o sítio num circuito de estações arqueológicas restauradas a serem visitadas e fruídas publicamente. Uma primeira etapa deste projecto, de 2001 a 2003, implica a escavação total do topo do monumento, a qual decorre durante 6 meses, com a presença diária, em campo, de c. de 40 técnicos de arqueologia, apoiados por topógrafo, vários desenhistas e um técnico de conservação e restauro.

Durante esses três anos somos confrontados com dois desafios interligados: – a necessidade de estabilizar uma interpretação de grande escala sobre a funcionalidade global do sítio, por forma a ser veiculada, a curto prazo, aos diferentes públicos que o venham visitar; – optar por um futuro programa de conservação e restauro no terreno, que, segundo uma concepção minimalista, trave também o processo de degradação da ruína².

Em 2002 (Jorge, S. O., 2002) e em 2003 (Jorge, S. O. 2003a, b) publicam-se vários artigos que dão conta de diversos aspectos da investigação que contribuem não

só para a representação das grandes fases de uso do lugar, como, sobretudo, para a simulação de alguns cenários que utilizaram o monumento como *locus* privilegiado da acção.

• Relativamente ao faseamento do lugar, hoje é possível conceber três grandes momentos de "afeiçoamento" do morro de Castelo Velho:

1. *uma fase pré-monumental*, certamente dos inícios do 3º milénio B. C., cuja cronologia, arquitectura, uso dos espaços, se encontra ainda numa fase muito preliminar da investigação (Oliveira, M. L., 2003);

2. *uma fase monumental*, que se pode sub-dividir, *grosso modo*, em dois momentos estruturais: a) durante a 1ª metade do 3º milénio B. C., a construção, no topo do morro, de um *recinto sub-elíptico*, delimitado por uma *parede* constituída por um soco pétreo de xisto (provavelmente barreado) e uma super-estrutura de terra e ramos. A edificação deste recinto implicou uma transformação apreciável da morfologia natural do esporão. As pré-existências (rochosas e outras) foram afeiçoadas, emergindo, pela primeira vez, um *monumento*; b) por meados do 3º milénio (2500/2300 cal B. C.) surge, pela primeira vez, em toda a sua imponentia, o *edifício monumental completo* (Fig. 2): recinto, plataforma intermédia, talude oeste/sul, murete leste e inúmeras outras estruturas associadas à utilização prolongada no tempo deste "lugar especial". O "design" global do edifício concebido nesta fase, vai-se manter globalmente intacto até à sua condenação, por volta de 1300 B. C.;

2. Fotografia aérea do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão, após escavações de 2002.

Foto: S. O. Jorge



3. *o fecho ou condenação* intencional do monumento, por volta de 1300/1200 B. C., o qual eliminou visualmente o monumento, tal como ele havia funcionado durante cerca de 1000 anos.

- A análise das técnicas construtivas utilizadas e o estudo cruzado de inúmeros elementos exumados na escavação, permitem-nos afirmar que o recinto superior (e certamente muitas das estruturas encontradas quer no seu interior, quer na plataforma intermédia, quer mesmo em áreas exteriores ao topo do monumento) deveria ser delimitado por uma *parede de terra*. No caso do recinto tal parede deveria ter mais de 2/3 metros de altura. Ou seja, originalmente, *o recinto era fechado, acedendo-se ao seu interior por passagens estreitas* que foram abertas na parede delimitadora. Tais passagens (no total foram detectadas 8, no interior do recinto), e, eventualmente, "janelas" ou aberturas existentes nessa parede, permitiam a comunicação, certamente condicionada, com o interior/exterior do recinto. De salientar que não foram detectados derrubes (pétreos) junto às fundações xistosas da parede do recinto, o que elimina a hipótese duma eventual parede pétreo. O recinto superior (como, aliás, todo o monumento e estruturas contíguas) era basicamente construído com materiais percíveis, de grande plasticidade. Este dado é fundamental na programação do projecto de conservação e restauro e, obviamente, nas reconstituições a conceber no interior de espaços expositivos, quer no futuro centro interpretativo (junto ao sítio arqueológico), quer no futuro núcleo museológico da vila de Freixo de Numão.

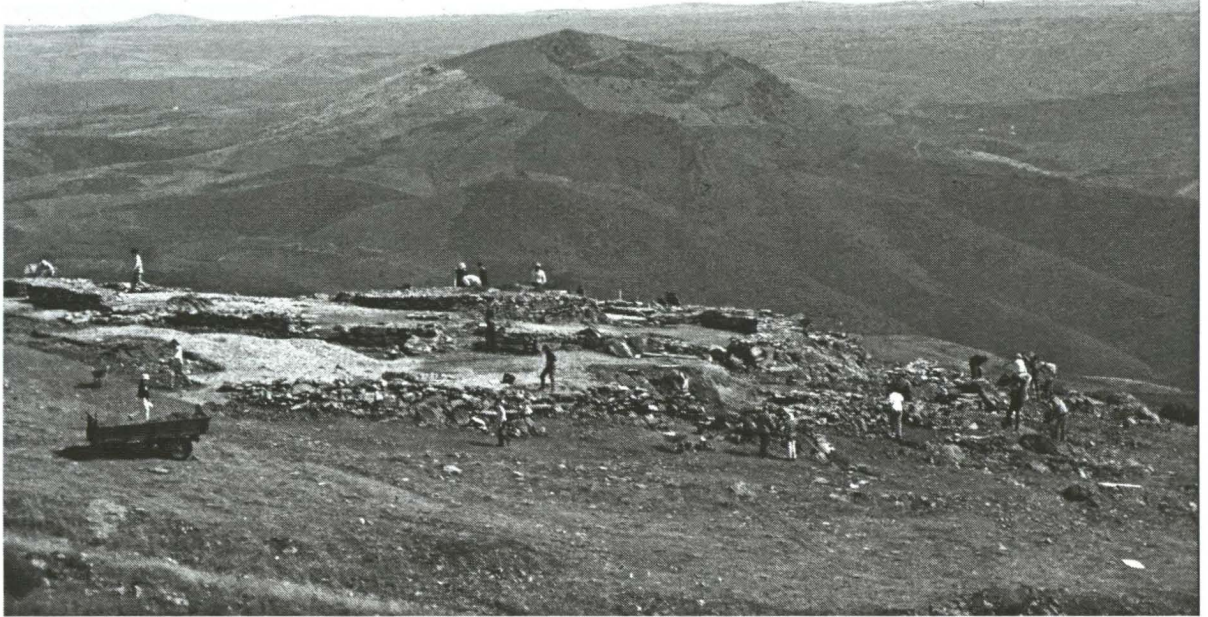
- Um outro dado resultante dos trabalhos de escavação, sobretudo de 2001 a 2003, diz respeito à descoberta do *talude sul e oeste*. Durante alguns anos tínhamos interpretado a acumulação de pedras, de dimensões variadas, numa área que rodeava a plataforma intermédia, como derrubes dum possível murete que circundaria o recinto superior (M2) (Jorge, S. O., 1993). De facto, as escavações em área, a partir de 1997, e, sobretudo, entre 2001 e 2003, vieram demonstrar que estamos, na sua maior parte, face a uma complexa estrutura constituída por um murete interno de contenção ao qual se

adossavam pedras de contrafortagem, por vezes muito bem imbricadas, sendo todo este complexo coberto por uma carapaça de pedras e argila.

O talude servia simultaneamente para altear o declive da plataforma e, dessa maneira, funcionar como estrutura de sustentação das infra-estruturas existentes na própria plataforma, e também para tornar mais imponente os lados sul e oeste do monumento. Como já várias vezes argumentámos, o talude ocorre em zonas com maior declive natural sendo, assim, óbvia a sua função de sustentação da plataforma, e jamais de defesa da mesma, sob pena de termos de imaginar que na Pré-História eram construídas "muralhas" nos sectores naturalmente melhor defendidos, deixando as áreas naturalmente abertas (neste caso, todo o lado norte) completamente expostas a qualquer eventual ataque.

- Os *contextos* preservados detectados no monumento (no interior do recinto e na plataforma intermédia, ou entre o recinto e o murete leste) apontam para este monumento se ter constituído como uma *arena de passagem*, que atraiu, do 3º ao 2º milénio, populações que atravessaram condicionadamente este lugar: não conhecemos apenas *deposições* como a dos ossos humanos (Jorge, S. O., 1998; Jorge S. O. et al, 1998/99), ou a das sementes, ou a dos pesos de tear (Jorge, S. O., 2002; Baptista, L., 2003; Gomes, S., 2003) ou ainda, por exemplo, a do "nicho" com metade dum vaso partido no seu interior (Baptista, L., 2003). Entre os contextos preservados mais significativos contam-se as *condenações estruturadas de passagens* na parede delimitadora do recinto, ou então, as *condenações também organizadas de estruturas do interior do recinto* (Jorge, S. O., 2002). Por outro lado, as deposições, feitas de materialidades "comuns" (estão ausentes objectos excepcionais), suscitam uma longa reflexão sobre a reconfiguração de sentido que elas pressupõem e, também, sobre a dificuldade de as enquadrar socialmente seguindo a tradicional dicotomia de "doméstico/ritual" (Jorge, S. O., 2003 a).

Creemos, de facto, que tais conceitos dicotómicos impossibilitam pensar-se o passado pré-histórico na sua complexidade, onde diversas formas de codificação dos gestos e, duma maneira geral, do movimento humano,



3. Foto do topo do monumento de Castelo Velho e, em segundo plano, para leste, do monte de S. Gabriel.
Foto: D. Pavone

impregnavam a *vida toda* e ocorriam em *quaisquer lugares experienciados pelo ser humano* e não apenas em alguns "lugares carismáticos".

- Uma das mais incisivas linhas de investigação sobre Castelo Velho remete para a conexão visual deste sítio com outros lugares contemporâneos existentes em vários planos do horizonte (Jorge, S. O., 2002). Se Castelo Velho estava ligado, em *rede*, a outros lugares com os quais formava sistemas de sentido, pode ser que investigar as *inter-visibilidades* seja uma via de aproximação à representação do espaço pré-histórico, pelo menos, nas suas grandes traves-mestras. Desta forma, o monte de S. Gabriel (incontornável actualmente do alto de morro de Castelo Velho, para leste) como seria percebido por alguém que se movimentasse no 3º milénio em torno do monumento e, sobretudo, por alguém que entrasse no recinto superior ?

Dizer hoje que Castelo Velho "olha" o Monte de S. Gabriel, pressupõe, evidentemente uma visão contem-

porânea. No 3º/2º milénio, mesmo que se pudesse "ver" o Monte de S. Gabriel fora do recinto ou, condicionadamente (através de aberturas), a partir do interior do recinto, não sabemos se alguma vez essa visibilidade foi socialmente significativa e, se o foi, como foi e em que momento de uso do monumento de Castelo Velho tal ocorreu (Fig. 3).

De qualquer forma, os montes de Castelo Velho e de S. Gabriel sempre foram inter-visíveis. A uma macro-escala de análise espacial, parece-me que esta ocorrência é uma linha a explorar, na medida em que o grande modelado geo-morfológico enquadra, de forma óbvia, as escolhas específicas de experimentação/construção do espaço.

2. Do lugar pré-histórico ao lugar patrimonializado: algumas reflexões

- O actual programa de conservação e restauro do monumento³ assenta no princípio básico de que *apenas serão expostos os socos pétreos* exumados pela escavação de todas as estruturas do edifício construídas

na 2ª fase, mais propriamente na fase 2B (Jorge, S. O., 2003a). Assim, no que toca à parede delimitadora do recinto, às estruturas do seu interior ou ainda ao chamado murete leste, optar-se-á por uma *intervenção minimalista*, que deverá, pontualmente, altear alguns alçados mas que, globalmente, se dirige à *conservação da base pétrea duma ruína*. Quanto ao talude, uma vez que ele foi desmontado em 2002 (após todo um longo processo de escavação e registo) com o intuito de se compreender a sua ossatura interna, aquela estrutura será inteiramente reposta, respeitando a volumetria original registada durante os trabalhos arqueológicos. O solo, quer do interior do monumento, quer da área envolvente abrangida pelo programa de conservação e restauro, será tratado, por forma a não se verificarem desníveis relevantes entre as estruturas arqueológicas propriamente ditas e as zonas circundantes. No alto duma pequena elevação, situada a poucos metros para noroeste, e a uma cota mais elevada do que o monumento, será construído um pequeno centro interpretativo da autoria dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes (Costa A. A., 2003). Todo este programa de musealização do lugar deverá estar concluído em 2005.

- Não entrando em reflexões específicas relativamente a pormenores do programa, gostaria de me deter em duas opções de fundo que constam da ideia de "lugar patrimonializado" que foi gizado para Castelo Velho de Freixo de Numão.

– Em primeiro lugar, optou-se por oferecer ao público, no terreno, *não o monumento como ele terá existido no passado* (ou seja, um recinto delimitado por uma parede com 2/3 metros de altura, maioritariamente de terra, e todo um conjunto de outras estruturas também cercadas por paredes e cobertas com diversos tipos materiais), *mas tão só a planta, ao nível do solo, da infraestrutura pétrea* do edifício, numa determinada fase da sua existência

As hipóteses de simulação do monumento completo serão fornecidas quer no centro interpretativo, quer no núcleo museológico, em preparação, na vila de Freixo

de Numão, também da autoria dos arquitectos Alexandre Alves da Costa e Sérgio Fernandes.

É verdade que tal opção minimalista não tem nada de excepcional, uma vez que a quase totalidade das ruínas arqueológicas musealizadas no mundo não recorre a reposições integrais. Contudo, relativamente a este caso preciso, devemos reflectir nas implicações de leitura que tal escolha implica.

Se aceitarmos que a localização de Castelo Velho (no rebordo dum esporão virado a leste) foi intencional, e que tal localização procurava que o monumento "visse" amplamente para leste e que, desse lado, o sítio fosse visível duma infinidade de ângulos, não se torna irrelevante a reposição ou não dos alçados do monumento. Por outro lado, acreditamos que, no passado do 3º/2º milénio, o acesso ao monumento e ao recinto superior era condicionado, bem como seria condicionada a visão que se teria do interior do recinto (através de certas aberturas), para fora, nomeadamente para a esplendorosa cenografia natural que se oferecia a leste. A restrição da visão era um elemento crucial da gestão do movimento dos seres humanos em torno e no seio do monumento de Castelo Velho. Desta forma, a escolha de ausência de barreiras físicas, nomeadamente no recinto superior, no actual programa de conservação e restauro, determina que o futuro lugar monumentalizado se afirma em continuidade visual com a paisagem envolvente. Como já tive oportunidade de escrever (Jorge, S. O., 2003a), esta opção privilegia o lugar arqueológico enquanto um "ponto de vista sobre a paisagem", como uma espécie de "miradouro", ao qual se acede hoje através de muito menos restrições e, certamente, de natureza completamente diferente. O "*segredo da visão* (sobre o incontornável Monte de S. Gabriel, sobre a falha do Côa, sobre as terras de planura da Meseta e, ao longe, sobre a Serra da Marofa), *ou a dificuldade de acesso, no passado, a essa visão é substituída, hoje, pela revelação "escancarada" e imediata duma paisagem excepcional*: o que resta do monumento do passado corre o risco de ser submerso pela *força da paisagem do presente*. Quem chegar amanhã ao lugar musealizado de Castelo Velho, expresso pelos seus socos pétreos, olhará primeiro para a paisagem hipnotizante que emerge a

leste e, só depois, talvez mesmo muito tempo depois, concederá a sua atenção aos resquícios dum edifício reduzido à sua expressão mais simples.

Se pessoalmente aceito que todo o esforço conservacionista se insere num projecto do presente (e que, nesse sentido, a sua relação com o passado não tem de passar por uma ressurreição linear do mítico "passado acontecido"), não estou totalmente convicta de que, por omissão (neste caso), possamos alterar, sem questionamento, a natureza de percepção dum lugar de há cinco mil anos. Como é óbvio, a minha adesão a esta opção de fundo teve em conta questões de ordem normativa (regras europeias que enquadram a acção de conservação e restauro), e outras, de ordem técnica/logística, nomeadamente a deficiente capacidade do Estado em manter de forma continuada a boa preservação de estruturas de grande porte. Mas a minha reserva poderá, espero, contribuir para uma futura reavaliação da estratégia de musealização deste sítio e de outros similares.

– Um outro aspecto que pode ser questionado no programa de musealização de Castelo Velho relaciona-se com a forma de se aceder actualmente ao monumento.

Está prevista a futura chegada a Castelo Velho apenas por noroeste, seguindo um caminho antigo (actualmente remodelado) que contorna uma colina, sobranceira ao esporão onde se localiza o monumento, e onde deverá ser construído o centro interpretativo. Nas imediações deste centro existirá uma zona de estacionamento. A partir do centro interpretativo aceder-se-á, através de caminhos pedestres, ao monumento, atravessando, sem qualquer dificuldade, uma área de declive suave que medeia entre aquele edifício moderno e o que resta do edifício antigo (Fig. 4).

Independentemente do acesso previsto, por noroeste, que se destina fundamentalmente a visitantes motorizados que queiram conhecer rapidamente o sítio arqueológico usando uma via que atravessa o topo do morro até ao esporão, pensamos que seria útil admitir a hipótese dum *acesso alternativo por sul e sudeste*. De facto, se o monumento está virado a leste/sudeste, e se era

uma referência visual na paisagem (para quem se posicionasse do lado do "plateau" de Foz Côa), faz todo o sentido pressupor que a *subida pedestre do morro, por sul/sudeste, até ao recinto superior, se insere num percurso ascensional, quase obrigatório, no passado longínquo do 3º/2º milénio antes de Cristo*.

Assim, o futuro acesso ao monumento patrimonializado – a este monumento preciso com as funções sociais congregadoras que teve no passado – não pode ser considerado de forma aleatória, ou exclusivamente em função de critérios de uso consumista do futuro novo lugar.

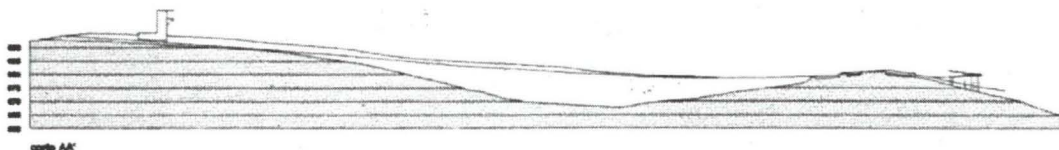
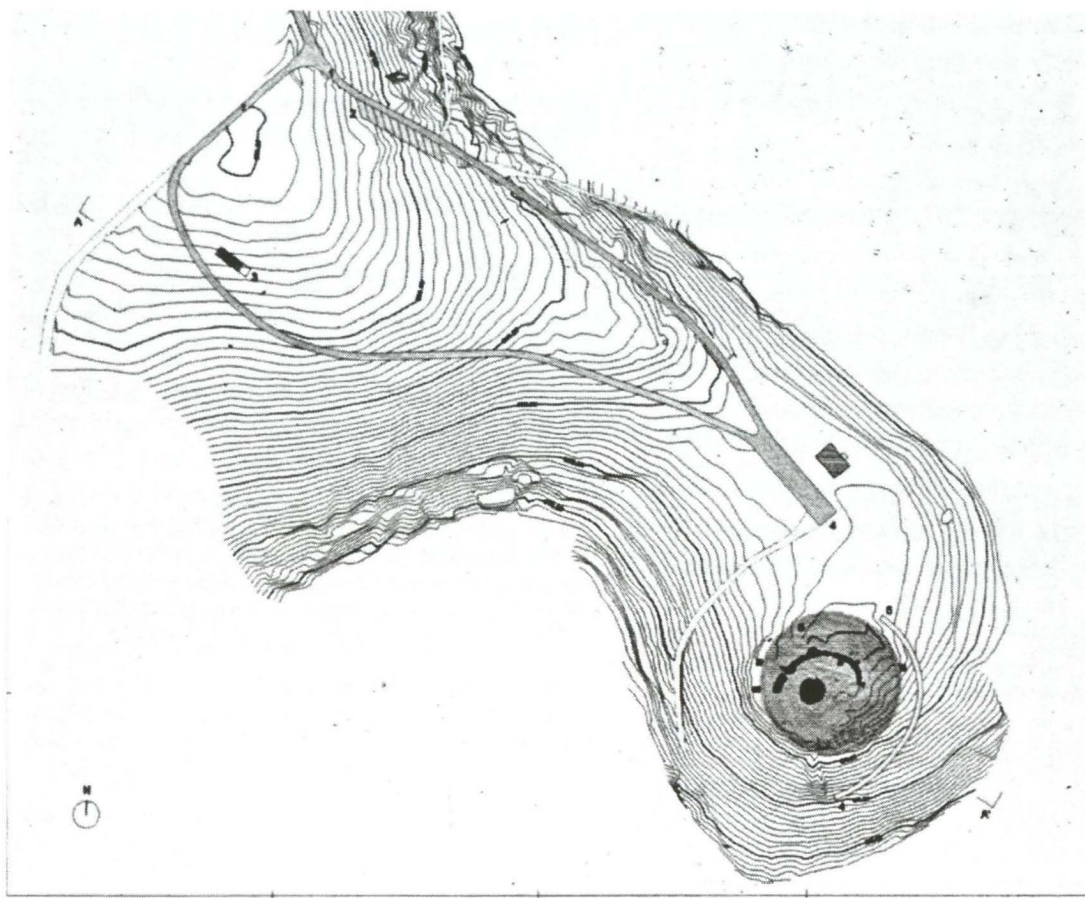
O acesso ao monumento deve *prever diversas hipóteses de aproximação*, não só em relação com os desejos e possibilidades dos visitantes, mas também em relação com a *própria lógica de utilização do monumento no 3º/2º milénio*, o que, como é óbvio, não é incompatível.

Muitos visitantes, se forem informados da possibilidade de outras maneiras de se aproximarem do monumento, poderão optar pelas menos fáceis, mas eventualmente mais de acordo com o espírito do lugar. Todavia, uma aproximação alternativa obriga à abertura de caminhos pedestres em áreas que caem fora da do projecto de estudo e valorização do sítio. A concretização de tais percursos implicaria não só o empenhamento do IPPAR no diálogo com os proprietários desses terrenos, como a execução dum programa de continuada manutenção dos mesmos, na medida em que tais caminhos pedestres atravessam uma área intensamente arborizada, sobretudo devido à plantação recente de eucaliptos.

- A passagem dum *ruína* – mesmo que investigada – à categoria de *património visitável* é um passo grave e complexo. Na Primavera de 2003 organizou-se, na FLUP, uma mesa-redonda subordinada ao tema insidioso "Conservar para quê?"⁴

Nessa mesa-redonda, em que participei, tive oportunidade de citar Marc Guillaume (1980, 2003), com o qual concluo este texto:

"(...) todo o objecto submetido à museografia muda de estatuto: desinserido de uma estrutura simbólica onde



LEGENDA 1 - PERCURSO DE VISITA 2 - ESTACIONAMENTO 3 - ATENDIMENTO/BELVEDERE 4 - PAINEL INFORMATIVO
 5 - ÁREA DE PROTECÇÃO À ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA 6 - PERCURSO SOBREELEVADO

MUSEALIZAÇÃO DE ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA EM CASTELO VELHO DE FREIXO NUMÃO - V. N. FOZ CÔA		
ANTE-PROJECTO	JANEIRO 1998	ESC. 1:2000
PLANTA E CORTE	substituído:	
	substituído por:	
	ATELIER 15, arquitectura, lda.	

4. Planta geral do ante-projecto de musealização de Castelo Velho de Freixo de Numão (Atelier 15; Costa, A. A., 2003, fig. 7).

desempenhava um papel activo, ele perde o essencial das suas significações anteriores para integrar um dispositivo onde se limita a cumprir determinadas funções.” (Guillaume, M., 2003, p. 105).

Reflectir sobre tais *funções* é a tarefa indeclinável da equipa que assume a responsabilidade e o desafio de “construir passado”. O processo de construção de Castelo Velho de Freixo de Numão encontra-se, obviamente, numa fase avançada em que algumas das opções tomadas já não deixam margem de manobra para se construir este lugar de muitas e diversas maneiras. Mas existem ainda algumas escolhas em aberto que condicionam a *natureza/configuração do lugar* que, um dia, como qualquer outro visitante, iremos também experienciar.

Porto, Outubro, 2004

Notas

¹ Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
E-mail: vojsoj@sapo.pt.

² O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão foi intervençionado pela primeira vez em 1989 a pedido do então IPPC (Centro). De 1989 a 2000 esta estação arqueológica foi escavada no quadro de renovados projectos de investigação de iniciativa individual, coordenados pela signatária, e financiados pelo IPPC (Centro), pela ex-JNICT, pelo IPA e pela ACDR de Freixo de Numão. Entre 2001 e 2003, os trabalhos de campo, também coordenados pela signatária, integraram-se num projecto de estudo e valorização do sítio, de iniciativa do IPPAR, que usufruiu de meios provenientes do Programa Operacional de Cultura.

³ O projecto de conservação e restauro foi elaborado pelo técnico de restauro Joaquim Garcia, de acordo com os elementos fornecidos pela coordenadora do projecto global. Neste projecto global intervêm ainda os arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes, responsáveis pelo futuro centro interpretativo e, duma maneira geral, pela preparação da área envolvente da estação para visita pública.

⁴ Este programa, elaborado por Joaquim Garcia, deverá começar a ser posto em prática na Primavera de 2005, sob a fiscalização técnica do mesmo, no quadro do projecto global do IPPAR de estudo e valorização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão.

⁵ Tal mesa-redonda, coordenada por Vítor Oliveira Jorge, foi organizada pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, e as Actas, em preparação, em breve serão editadas pelo DCTP (FLUP) e pelo CEAUCP (FCT).

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, M. (2003 a), *Le Temps en Ruines*, Paris, Ed. Galilée.
- AUGÉ, M. (2003 b), *Pour quoi vivons-nous?*, Paris, Ed. Fayard.
- BAPTISTA, L. (2003), *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, fotocopiada).
- BRADLEY, R. (1998), *The Significance of Monuments*, London, Routledge.
- CHAPMAN, R. (2003), *Archaeologies of Complexity*, London, Routledge.
- COSTA, A. A. (2003), A musealização do sítio de Castelo Velho, *Recintos Murados da Pré-História Recente* (coord. Susana Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 67 – 78.
- GOMES, S. R. (2003), *Contributos para o estudo dos “pesos de tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa). Exercícios de interpretação do registo arqueológico*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, fotocopiada).
- GUILLAUME, M. (1980), *La Politique du Patrimoine*, Paris, Ed. Galilée.
- GUILLAUME, M. (2003), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- INGOLD, T. (2000), *The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*, London, Routledge.
- JORGE, S. O., (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal, *1º Congr. Arq. Peninsular, T.A.E.*, vol. XXXIII, fasc. 1/2, pp. 179 – 216.
- JORGE, S. O., (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. XI, pp. 447 – 546.
- JORGE, S. O., (1998), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-históricos*, vol. VI, pp. 279 – 293.
- JORGE, S. O., (2002), Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património. Estudos*, nº 3, pp. 145 – 164.
- JORGE, S. O., (2003 a), Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, *Recintos Murados da Pré-História Recente* (coord. Susana Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 13 – 50.
- JORGE, S. O., (2003 b), Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão, *Arquitectando Espaços: da natureza à metapólis* (coord. Vítor Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 63 – 83.
- JORGE, S. O., (no prelo), *O passado é redondo. Dialogando com o sentido dos primeiros recintos monumentais*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, S. O. et al (1998/99), Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa), *Portugalia*, Nova série, vol. XIX – XX, pp. 29 – 70.
- JORGE, S. O. & Rubinos, A. (2002), Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (Northern Portugal): data and problems, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105.
- JORGE, V. O. et al (2003), A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (Vª Nª de Foz Côa), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, (coord. Susana Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 79 – 113.
- OLIVEIRA, M. L. C. (2003), *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa)*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, fotocopiada).
- THOMAS, J. (2004), *Archaeology and Modernity*, London, Routledge.
- WHITTLE, A. (1996), *Europe in the Neolithic. The Creation of New Worlds*, Cambridge Univ. Press.



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses